

# MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

CNPJ 01.396.770/0001-68



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Aos Acionistas

Em cumprimento aos dispositivos legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração, as demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (“MAPFRE RE” ou “Resseguradora”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, em consonância com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).  
O exercício de 2020 foi impactado pela incerteza gerada pela pandemia que atinge o mundo, além dos inúmeros desafios econômicos, sociais e políticos, e de um mercado de resseguro com uma competitividade impar no Brasil. O impacto econômico gerado pela COVID-19 (novo coronavírus) que afetou sem dúvida alguma a economia mundial de maneira brutal nas esferas produtivas, a cadeia de suprimentos e os impactos financeiros consideráveis nos negócios e nos mercados financeiros.  
Com a chegada da pandemia ao Brasil e a necessidade do isolamento social e o fechamento das empresas para preservar a saúde da população, a MAPFRE RE, foi bem-sucedida ao acionar seu Plano de Continuidade de Negócios e colocou 100% (cem por cento) dos seus colaboradores trabalhando em home-office sem perder a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços e atendimento, cumprindo e honrando todos os prazos na cadeia de serviços que uma resseguradora possui, demonstrando uma vez mais, nossa solididade, transparência e uma estrutura tecnológica capaz de enfrentar uma crise sem precedentes. Agradecemos nossa equipe pelo compromisso e por manter a motivação elevada, nos orgulhamos de informar que nossa operação não sofreu nenhum impacto relevante nesta crise desafiadora a todos os mercados mundiais.  
Apesar de todos os desafios e dificuldades apresentados neste ano, a MAPFRE RE, obteve em 31 de dezembro de 2020, um lucro líquido depois de impostos de R\$ 19.233 mil. Este êxito com o resultado obtido, demonstra nossa política de subscrição prudente combinada com uma equipe com um profundo conhecimento técnico, totalmente focada para a estratégia da Resseguradora e a utilização dos mais

avançados recursos tecnológicos, fruto da busca constante de inovação e modernização dos processos e serviços oferecidos.  
Atuando no mercado de resseguros, sempre focando na solvência e no crescimento sustentável, a MAPFRE RE, emitiu no período prêmios líquidos de comissões o montante de R\$ 593.843 mil, com um relevante crescimento da carteira de 129,1% em comparação com o exercício anterior, demonstrando o empenho e a confiança da Resseguradora no mercado brasileiro e o trabalho de excelência realizado pelos colaboradores que contribuíram ativamente para esta conquista num mercado extremamente competitivo e num cenário tão incerto e vivenciados neste ano.  
A Resseguradora possui contratos de retrocessão para proteger a carteira em caso de grandes perdas, considerando a volatilidade e sazonalidade intrínseca do seu *portfólio*. A MAPFRE RE, reavalia anualmente seu programa de resseguros, sempre adotando a melhor estrutura de retrocessão e o ajusta para que a carteira e a solvência da Companhia sejam protegidas adequadamente no longo prazo. O crescimento da carteira e o ajuste do painel de retrocessão, gerou um incremento na rubrica “Resultado com retrocessão” de R\$ 130.854 mil em comparação ao exercício anterior.  
O índice de sinistralidade do acerto ficou em 125% do prêmio ganho acerto apresentando um incremento de 28 pontos percentuais em comparação ao exercício anterior. A Resseguradora registrou um índice de sinistralidade líquido dos efeitos de retrocessão de 86% do prêmio ganho. No decorrer deste exercício, ocorreram alguns sinistros relevantes na carteira da Resseguradora que não causaram impactos financeiros significativos devido a eficiente política de retrocessão adotada pela Companhia. Importante ressaltar que até o encerramento deste exercício, nossa sinistralidade não foi fortemente impactada pela pandemia e os sinistros ocorridos em nossa carteira ficaram dentro do panorama normal da operação.  
As despesas com *corretagem* atingiram 2% dos Prêmios Ganhos, permanecendo no mesmo patamar em relação ao exercício anterior.  
As despesas administrativas representaram 2% dos Prêmios Ganhos, reduzindo dois pontos percentuais em relação ao exercício anterior.  
Os investimentos da Resseguradora apresentaram um montante de R\$ 519.192 mil, com um incremento de 22% em comparação ao exercício anterior, demonstrando a solidez e liquidez da Companhia.

A Resseguradora provisionou e pagou o capital investido pelos acionistas no montante de R\$ 9.221 mil, utilizando a política de Juros sobre Capital Próprio, os quais são computados no cálculo dos dividendos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia o que demonstra mais uma vez, o compromisso da Companhia em remunerar os acionistas.  
Como pode ser verificado pelos números apresentados, a MAPFRE RE segue com solidez financeira e liquidez para honrar os seus compromissos.  
Atendendo ao disposto na Circular SUSEP nº 517/15, e posteriores alterações, com base nos dados obtidos em modelos estatísticos, atuários e financeiros, a MAPFRE RE do Brasil declara ter capacidade financeira de manter até o vencimento os títulos classificados na rubrica “Títulos mantidos até o vencimento”, detalhados em nota explicativa específica.  
Nos últimos anos, a Resseguradora mudou sua estratégia e apesar do aumento da sinistralidade, às margens de lucros se mantiveram estáveis não impactando negativamente o negócio, o que demonstra a eficiência na gestão de riscos adotada pela Resseguradora. Apesar desta mudança, houve o crescimento da carteira com diversos clientes que acreditam na solidez, no conhecimento técnico e na qualidade da atuação da MAPFRE RE.  
A Companhia tem como maior objetivo, atender com alta performance as demandas de nossos clientes e seguir crescendo com sustentabilidade e contribuir com a economia brasileira, mantendo sempre uma postura prudente de subscrição e de excelência técnica nos serviços prestados, focando na diversificação da carteira, inovação e desenvolvimento dos serviços de resseguros.  
A Administração da MAPFRE RE aproveita, ainda, a oportunidade para agradecer o apoio e orientações oferecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e às demais autoridades do setor, bem como aos nossos acionistas, parceiros e clientes pela confiança depositada, aos nossos profissionais, pela dedicação, qualidade e técnica nos trabalhos prestados e a cada colaborador que esteve conosco no passado e que deixaram sua marca impressa no desenvolvimento da MAPFRE RE do Brasil.  
São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2020	2019
<b>Circulante</b>		<b>1.095.107</b>	<b>665.195</b>
<b>Disponível</b>		<b>9.958</b>	<b>31.579</b>
Depósitos em bancos	4	9.958	31.579
<b>Equivalentes de caixa</b>	4	<b>348</b>	<b>467</b>
<b>Aplicações</b>	5	<b>488.540</b>	<b>395.682</b>
<b>Créditos das operações com resseguros e retrocessão</b>	6a1	<b>337.441</b>	<b>155.550</b>
Operações com seguradoras	6a1	273.462	114.345
Operações com resseguradoras	6a1	63.979	41.205
<b>Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas</b>	15	<b>237.491</b>	<b>58.762</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>21.233</b>	<b>23.146</b>
Títulos e créditos a receber	17	17	5
Créditos tributários e previdenciários	7	21.295	23.003
Outros créditos		11	138
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>6</b>	<b>9</b>
<b>Não circulante</b>		<b>430.870</b>	<b>265.511</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>426.716</b>	<b>261.157</b>
<b>Aplicações</b>	5	<b>30.652</b>	<b>29.642</b>
<b>Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas</b>	15	<b>396.064</b>	<b>231.515</b>
<b>Imobilizado</b>	8	<b>4.154</b>	<b>4.354</b>
Imóveis de uso próprio		3.755	3.816
Bens móveis		399	538
<b>Total do ativo</b>		<b>1.525.977</b>	<b>930.706</b>

Passivo	Notas	2020	2019
<b>Circulante</b>		<b>641.009</b>	<b>285.524</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>3.628</b>	<b>3.049</b>
Obrigações a pagar	12a	1.712	1.445
Impostos e encargos sociais a recolher		259	269
Encargos trabalhistas		508	591
Impostos e contribuições	11	1.149	744
<b>Débitos de operações com resseguros e retrocessão</b>		<b>164.337</b>	<b>45.023</b>
Operações com resseguradoras	6a2	159.592	41.399
Corretores de resseguros		4.745	3.624
<b>Depósitos de terceiros</b>	10	<b>18.581</b>	<b>7.456</b>
<b>Provisões técnicas - resseguradoras</b>	15	<b>454.463</b>	<b>229.996</b>
<b>Não circulante</b>		<b>682.758</b>	<b>455.915</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>1.954</b>	<b>-</b>
Títulos e créditos a receber	12b	1.954	-
<b>Provisões técnicas - resseguradoras</b>	15	<b>680.804</b>	<b>455.915</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	13	<b>202.210</b>	<b>189.267</b>
Capital social		100.040	100.040
Reserva de lucros		99.239	89.227
Ajuste com títulos e valores mobiliários		2.931	-
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.525.977</b>	<b>930.706</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

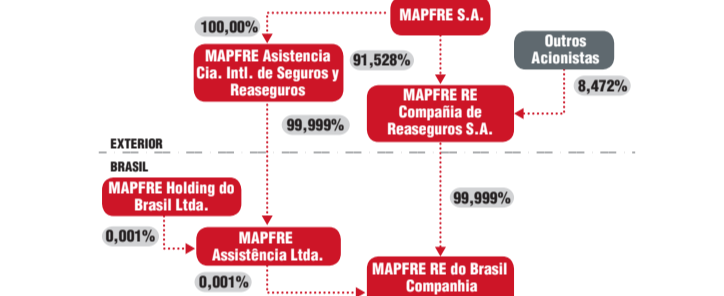
Saldo em 01 de janeiro de 2019	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Ajustes de valor patrimonial	Total
	Capital social	Legal			
100.040	9.467	79.918	-	-	189.425
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Proposta de distribuição do lucro do exercício:	-	-	11.589	-	11.589
Reserva legal	-	579	(579)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(737)	(1.010)	(11.747)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>100.040</b>	<b>10.046</b>	<b>79.181</b>	<b>-</b>	<b>189.267</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Proposta de distribuição do lucro do exercício:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	962	-	19.233	19.233
Reserva estatutária	-	-	(962)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	9.050	-	9.050
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(9.221)	(9.221)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>100.040</b>	<b>11.008</b>	<b>88.231</b>	<b>-</b>	<b>202.210</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (doravante designada por “Resseguradora” ou “Companhia”), com sede no Brasil, à Rua Olimpíadas, 242, São Paulo, Capital, CNPJ 01.396.770/0001-68, tem como objetivo social: (a) as atividades de resseguro e retrocessão, tal como previsto na legislação em vigor; e (b) todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no item (a) acima. O controle acionário da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros é exercido pela MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A., sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Espanha, tendo 99,99% de participação societária nas ações ordinárias da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros.



### 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Base de preparação:** Em consonância à Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e, alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. A Administração da Resseguradora considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base neste princípio de continuidade. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b) **Base para mensuração e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Resseguradora é o Real. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço. c) **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; Nota 5 - Aplicações financeiras; - Nota 6 - Operações com seguradoras e resseguradoras; e - Nota 15 - Provisões técnicas. (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil; Nota 17 - Gerenciamento de riscos. (iii) **Segregação entre circulante e não circulante:** A Resseguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. A Resseguradora efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassaram o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido, como por exemplo, as provisões e ativos ligados às provisões técnicas, tiveram seus valores divulgados no ativo/passivo não circulante através dos percentuais apurados pelo estudo do teste de adequação de passivo (TAP). e) **Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Resseguradora, encontra-se: o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros; substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos financeiros; reconhecimento e mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas para a classificação e mensuração de contratos, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as classificações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38 para os exercícios anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com resseguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os exercícios de 2018 e 2019, essa predominância em atividades de resseguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17. A IFRS 17 - Contratos de seguros: A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de resseguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliar o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Os normativos CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e portanto, a Administração concluiu sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário disponível em caixa, saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor justo, e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas. b) **Ativos financeiros:** A Resseguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) empréstimos e recebíveis; e (v) determinação do valor justo. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Resseguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ii. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. iii. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. iv. **Empréstimos e recebíveis:** Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras e valores a receber e direitos junto a retrocessionários, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. v. **Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados com a finalidade de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota nº 5 - Aplicações Financeiras. c) **Contratos de resseguros:** A Resseguradora emite contratos de resseguro que visam fornecer capacidade de cobertura de riscos para as seguradoras e Resseguradoras (denominadas “cedentes”). O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro visto que é definido como uma operação em que o emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do Pronunciamento Contábil CPC nº 11. d) **Prêmios de resseguros e custos de aquisição diferidos:** Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos em retrocessão e os custos de aquisição correspondentes as operações de resseguro são registrados na data da emissão dos contratos e apropriados ao resultado ao longo do período de vigência do risco. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência

aos seus volumes de produção indicada pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e ajustados no momento em que as prestações de contas com os valores efetivos são enviadas pelas cedentes. Essas estimativas são revisadas e recalculadas mensalmente. e) **Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Resseguradora estão divulgadas abaixo:

Grupo de ativos	Vida útil estimada (anos)	Taxa de depreciação (%)
Imóveis	50	2
Móveis e utensílios	5	20
Veículos	5	20
Equipamentos	5	20

f) **Intangível:** Compreende softwares cuja amortização é efetuada a taxas anuais de 20%, integralmente amortizado. g) **Redução ao valor recuperável:** Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Ativos não financeiros: Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. h) **Teste de adequação do passivo:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguro deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguro. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 17/2015 e posteriores alterações. Para esse teste a Resseguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes. Os fluxos de caixa futuros foram definidos a partir de segmentos de negócios e premissas alinhados com a sua gestão dos riscos de resseguro, considerando-se a experiência da Resseguradora no Brasil. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente considerando as taxas a termo da taxa de juros (ETT) livre de risco e cupom marginal definida pela SUSEP. Caso seja identificadada insuficiência das provisões de prêmios, deve ser constituída a provisão complementar de cobertura para reconhecer esse montante. Os ajustes decorrentes de insuficiência nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. O resultado do teste de adequação apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos já registrados na data-base. A constituição da cobertura complementar foi calculada utilizando as mesmas premissas do TAP e gerou uma constituição no valor de R\$ 40.920 mil e um Ativo de cobertura complementar no mesmo importe. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Taxa de desconto	Premissas	Descrição	Taxa de juros livre de risco pré-fixada (SUSEP)	
			Grupo de ramo	Sinistralidade
Resseguros de Danos	130,1%			
Resseguros de Pessoas	73,4%			
i) <b>Provisões técnicas:</b> As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A provisão de prêmios não ganhos (PPNG), é constituída pela parcela do prêmio correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método “pro rata die” e atualizada monetariamente, quando aplicável. A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data do balanço, de acordo com a responsabilidade da Resseguradora. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados e a metodologia de apuração considera a estimativa do montante de indenizações e despesas de sinistros por ano de subscrição dos contratos emitidos, grupo de ramo e tipo de negócio, deduzindo-se os sinistros avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Os percentuais utilizados para estimar os sinistros são aplicados sobre os prêmios emitidos dos últimos 36 meses e são definidos com base na experiência histórica da Companhia. A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), é constituída, por meio de estimativa, para complementar a PSL na cobertura do desenvolvimento dos sinistros ocorridos que tenham sido avisados ou não e que não foram pagos, visando adequar possível insuficiência dos sinistros informados pelas Seguradoras e/ou Resseguradoras e a avaliação será realizada pela administração da Companhia. A provisão complementar de cobertura (PCC) é constituída se a Companhia apurar insuficiência através do teste de adequação de passivos - TAP (Liability adequacy test - LAT) O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11 - Contratos de Seguro. Para efeito do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. A provisão de excedentes técnicos (PET), é constituída para os contratos com cláusulas de comissões variáveis em função de sinistralidade e a participação em lucros e/ou perdas, estimando-se individualmente o valor destinado à distribuição de excedentes. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a ocorrência em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir extensões únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação a sinistros, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar os sinistros) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas. j) <b>Créditos e débitos com resseguradoras e retrocessão:</b> Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradoras e são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios a serem pagos por contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação de retrocessão são amortizados durante o período de vigência do risco dos contratos. k) <b>Patrimônio líquido:</b> i. <b>Capital social:</b> O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é				

### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Composição das aplicações financeiras:**

Títulos	1 a 360 dias (A)	Acima de 360 dias (B)	Ativos					2020 (G)	% 2019 (H)	2019 (I)	% (J)	
			Sem vencimento (C)	Valor contábil (D)	Valor curvo (E)	Valor justo (F)	Ganho/(perda) não realizada (F - E)					
			(C)	(D + A + B + C)	(E)	(F)	(F - E)					
<b>Ativos financeiros designados como disponíveis para venda</b>	-	-	-	-	-	4.886	106.308	20,48%	-	0,00%		
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F (a)	-	-	-	-	-	4.886	106.308	20,48%	-	0,00%		
<b>Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>382.232</b>	<b>382.232</b>	<b>73,61%</b>	<b>395,682</b>	<b>93,03%</b>		
<b>Vinculados à cobertura de reservas técnicas:</b>												
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	11	47.081	-	-	-	47.092	47.260	47.092	(168)	47,092	9,07%	4

classificados no Nível 1 e ativos de TDA e operações compromissadas no Nível 2.  
b) Taxa de juros contratada:

Descrição dos títulos	2020		2019	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Operações compromissadas	2,00	2,00	4,38	4,38
TDA	10,03	-	10,03	-
LFT	14,25	2,00	14,28	6,50
NTN-B	8,75	8,50	6,00	4,84
NTN-F	9,00	2,00	12,70	10,60

c) Movimentação das aplicações financeiras:  
Descrição dos títulos

Título	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	Saldo final
Ativos financeiros designados como disponíveis para venda	-	99.910	-	4.886	1.512	106.308
Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	309.076	46.555	(30.763)	-	2.514	327.382
LFT	3	-	(3)	-	-	-
TDA	3	-	(3)	-	-	-
Operações compromissadas (*)	86.639	199.500	(241.119)	-	9.824	54.844
Caixa/contas a pagar	(36)	42	-	-	-	6

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Título	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos (despesas)	Saldo final
NTN-B	18.009	-	-	776	18.785
NTN-F	11.633	-	-	234	11.867
Total	425.324	346.007	(271.885)	4.886	14.860

(a) O ajuste a VMJR foram reconhecidos junto com os rendimentos financeiros em conta de resultado.

Operações com seguradoras e resseguradoras:  
a) Operações com seguradoras e resseguradoras:

	2020	2019
Prêmios de retrocessão cedidos estimados - EPI (a)	69.241	43.342
Prêmios de retrocessão aceitos efetivos (b)	203.586	71.003
Sinistros a recuperar (c)	635	-
Total	273.462	114.345

Operações com resseguradoras:  
Prêmios de retrocessão cedidos estimados - EPI (a)

	2020	2019
Prêmios de retrocessão cedidos estimados - EPI (a)	20.492	16.193
Prêmios de retrocessão aceitos efetivos (b)	81	3.986
Sinistros a recuperar (c)	41.284	20.211
Outros créditos a receber	2.122	815
Total	63.979	41.205

(\*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Operações com seguradoras" e "Operações com resseguradoras".

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	37.241	155.555
Prêmios retrocedidos (**)	-	-
Total	37.241	155.555

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	49.113	19.224
Prêmios retrocedidos (**)	38.658	7.367
Total	87.771	26.591

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	74.989	76.360
Prêmios retrocedidos (**)	28.140	27.759
Total	103.129	104.119

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	59.535	37.564
Prêmios retrocedidos (**)	13.254	8.442
Total	72.789	46.006

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	74.989	76.360
Prêmios retrocedidos (**)	28.140	27.759
Total	103.129	104.119

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	59.535	37.564
Prêmios retrocedidos (**)	13.254	8.442
Total	72.789	46.006

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	74.989	76.360
Prêmios retrocedidos (**)	28.140	27.759
Total	103.129	104.119

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	59.535	37.564
Prêmios retrocedidos (**)	13.254	8.442
Total	72.789	46.006

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	74.989	76.360
Prêmios retrocedidos (**)	28.140	27.759
Total	103.129	104.119

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	59.535	37.564
Prêmios retrocedidos (**)	13.254	8.442
Total	72.789	46.006

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	74.989	76.360
Prêmios retrocedidos (**)	28.140	27.759
Total	103.129	104.119

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	59.535	37.564
Prêmios retrocedidos (**)	13.254	8.442
Total	72.789	46.006

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	74.989	76.360
Prêmios retrocedidos (**)	28.140	27.759
Total	103.129	104.119

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	59.535	37.564
Prêmios retrocedidos (**)	13.254	8.442
Total	72.789	46.006

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	74.989	76.360
Prêmios retrocedidos (**)	28.140	27.759
Total	103.129	104.119

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	59.535	37.564
Prêmios retrocedidos (**)	13.254	8.442
Total	72.789	46.006

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	74.989	76.360
Prêmios retrocedidos (**)	28.140	27.759
Total	103.129	104.119

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	59.535	37.564
Prêmios retrocedidos (**)	13.254	8.442
Total	72.789	46.006

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	74.989	76.360
Prêmios retrocedidos (**)	28.140	27.759
Total	103.129	104.119

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	59.535	37.564
Prêmios retrocedidos (**)	13.254	8.442
Total	72.789	46.006

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	74.989	76.360
Prêmios retrocedidos (**)	28.140	27.759
Total	103.129	104.119

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	59.535	37.564
Prêmios retrocedidos (**)	13.254	8.442
Total	72.789	46.006

Prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)

	2020	2019
Prêmios a receber (*)	74.989	76.360
Prêmios retrocedidos (**)	28.140	27.759
Total	103.129	104.119

### MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ nº 01.396.770/0001-68

Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2020	2019
Honorários de diretoria	1.652	1.425
Encargos sobre honorários da diretoria	160	156
Participação nos lucros	311	282

A Resseguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. Os saldos supramencionados estão registrados na rubrica "Despesas administrativas".

### 10. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2020	2019
De 1 a 30 dias	9.665	5.390
De 31 a 60 dias	2.232	699
De 61 a 120 dias	2.264	1.339
De 121 a 180 dias	4.384	28
De 181 a 365 dias	36	-
Total	18.581	7.456

### 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2020	2019
Circulante	-	-
Imposto de renda a recolher	3.763	-
Antecipação de imposto de renda	(3.763)	-
Contribuição social a recolher	2.393	-
Antecipação de contribuição social	(2.393)	-
COFINS a recolher	939	640
PIS a recolher	161	104
Total	1.149	744

### 12. CONTAS A PAGAR

	2020	2019
Circulante	-	-
Obrigações a pagar	413	487
Provisões diversas indedutíveis	851	829
Provisão de participação nos lucros	311	129
Fornecedores e prestadores de serviços	137	-
Outros pagamentos	1.712	1.445
Total	2.424	1.491

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2020	2019
Capital social	83.494.279	100.039.583
Reserva de distribuição de lucros	83.494.278	100.039.583
Reserva de distribuição de lucros	1	1
Total	83.494.279	100.039.584

(a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e totalmente integralizado está representado por R\$ 100.040 (R\$ 100.040 em 2019), dividido em 83.494.279 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

Quantidade de ações	Valor (em R\$)	Quantidade de ações	Valor (em R\$)
2020	2019	2020	2019
83.494.279	100.039.583	83.494.278	100.039.583
1	1	1	1
Total	83.494.279	100.039.584	100.039.584

### 15. PROVISÕES TÉCNICAS

Detalhamento das provisões técnicas:

Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	2020	2019	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	2020	2019	Passivo		Provisão de excedentes técnicos (PET)		Provisão complementar de prêmio (PCC)		Total (a)	2019
						2020	2019	2020	2019	2020	2019		
Patrimonial	145.288	60.166	285.254	132.317	209.675	155.032	4.550	4.018	40.920	-	685.687	351.533	
Responsabilidade civil	7.343	3.631	10.419	13.761	15.933	22.360	9	-	-	-	33.704	39.752	
Automóvel	3.932	552	2.254	244	2.284	2.475	-	-	-	-	6.440	3.271	
Transportes	16.386	6.550	6.324	3.644	11.440	8.438	-	-	-	-	34.180	18.632	
Riscos financeiros	15.672	21.449	76.660	79.927	52.162	40.540	4.243	3.341	-	-	117.744	131.257	
Pessoas coletivas	22.402	24.995	25.436	22.242	21.264	26.509	4.438	4.738	-	-	104.533	92.484	
Habitacional	2.784	1.847	1.945	416	4.024	1.697	665	667	-	-	9.418	6.27	
Rural	16.532	2.967	10.249	507	18.624	2.394	8	8	-	-	45.413	5.876	
Pessoas individuais	5.228	3.971	9.122	922	14.007	30.029	1.925	436	-	-	28.279	34.843	
Marítimos	3.277	584	1.924	781	2.300	1.085	183	184	-	-	7.684	2.634	
Aeronáuticos	17.277	34	5.500	496	39.396	842	-	-	-	-	62.173	1.372	
Petróleo	11	11	1	-	-	26	-	-	-	-	12	37	
Total	256.132	126.757	433.088	254.335	389.106	291.427	16.021	13.392	40.920	-	1.135.267	685.911	

Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	2020	2019	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	2020	2019	Passivo		Provisão de excedentes técnicos (PET)		Provisão complementar de prêmio (PCC)		Total (a)	2019
						2020	2019	2020	2019	2020	2019		
Patrimonial	78.872	5.700	180.005	66.004	114.167	71.903	852	827	40.920	-	414.816	144.434	
Responsabilidade civil	4.170	1.491	4.806	8.161	10.715	11.588	-	-	-	-	19.691	21.240	
Automóvel	2.954	-	-	23	1.882	54	-	-	-	-	4.836	77	
Transportes	2.510	62	435	258	2.652	181	-	-	-	-	5.597	501	
Riscos financeiros	3.540	13.061	68.896	71.243	3.473	9.730	2.113	2.104	-	-	78.279	96.138	
Pessoas coletivas	764	-	1.178	2019	2.719	265	1.440	1.441	-	-	6.119	3.063	
Habitacional	472	213	178	2	583	218	-	-	-	-	1.233	433	
Rural	16.532	2.967	10.063	436	15.080	1.749	-	-	-	-	41.675	5.152	
Pessoas individuais	-	-	1.275	-	2.028	18.273	10	10	-	-	3.313	18.283	
Marítimos	2.279	-	493	46	1.474	20	73	73	-	-	4.119	139	
Aeronáuticos	17.230	-	5.481	427	31.432	364	-	-	-	-	54.143	791	
Petróleo	11	11	1	-	-	26	-	-	-	-	12	37	
Total	129.323	23.494	272.819	147.957	186.005	114.274	4.488	4.455	40.920	-	633.559	290.277	
Total	126.809	103.263	160.269	106.378	203.101	177.056	11.533	8.937	-	-	501.712	395.634	

(a) Os valores estão compostos na linha "Provisões técnicas - resseguradoras", onde o valor destacado no curto prazo é de R\$ 454.463 (R\$ 229.996 em 2019) e no longo prazo de R\$ 680.804 (R\$ 455.915 em 2019).  
(b) Os valores estão compostos na linha "Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas", onde o valor destacado no curto prazo é de R\$ 237.491 (R\$ 58.762 em 2019) e no longo prazo de R\$ 396.064 (R\$ 231.515 em 2019).

a) Passivos de contratos de resseguro - movimentação:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	126.757	254.335
Constituições	593.843	-
Reversões	(460.186)	-
Reversões de Sinistros	-	424.596
Reversões de Sinistros	-	(245.694)
Oscilação cambial	(4.282)	

A média que os sinistros ocorrem e existe maior certeza em relação ao seu custo final, o nível relativo de margem mantida deve ser reduzido. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Resseguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivo que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte das seguradoras; b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; e c) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de resseguro/retrocessação:** A Administração entende que, no que se refere às operações de resseguros, há uma exposição moderada ao risco de crédito, uma vez que a Resseguradora opera com ampla carteira de clientes, todos supervisionados pela SUSEP e com diversos produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de retrocessão, a Resseguradora está exposta a concentrações de risco com retrocessionárias individuais. Os procedimentos de retrocessão só podem ser alterados e efetivados mediante prévia análise creditícia da contraparte e de autorização expressa da controladora. As aplicações financeiras que demonstram a exposição máxima ao risco de crédito e itens como compromissos futuros, é apresentada pelo valor bruto, antes do efeito da mitigação, por meio do uso de contratos principais de liquidação ou avais (Nota 5).

b) Os principais ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e custo de aquisição líquido das operações de sinistralidade e custo de aquisição líquido das operações de retrocessão estão apresentados na tabela abaixo:

	Rating	Valor Contábil						
		2020	2019					
Agência		2020	2019					
Standard & Poor's	AAA	519.192	425.324					
(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 54.844 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 86.639 em 2019), com lastro em títulos públicos. O sistema de classificação de risco de crédito está fundamentado em uma série de estudos financeiros, combinados com informações mercadológicas processadas de modo a fornecer os principais insumos para a mensuração dos riscos de uma contraparte. Todos os ratings internos de risco são adaptados às diferentes categorias e obtidos de acordo com a política de classificação de riscos adotada pela Resseguradora. Os ratings de risco atribuídos são avaliados e atualizados periodicamente. A Resseguradora avaliou os ativos e passivos originados de contratos de resseguro e retrocessão, conforme tabela abaixo:								
Resseguradores (a)	Agência Certificadora	2020		2019				
		Ativo (b)	Passivo	Líquido	Ativo (b)	Passivo	Líquido	
Local I	AM Best	A-	81	-	81	151	-	151
Local II	AM Best	A-	20.920	17.023	3.897	9.387	584	8.803
Admitida I	Standard & Poor's	A	247.255	84.544	162.711	104.973	19.250	85.723
Admitida II	Standard & Poor's	A+	12.505	301	12.204	15.657	364	15.293
Eventual I	Standard & Poor's	A-	242	565	(323)	-	-	-
Eventual II	Standard & Poor's	A-	23.334	9.877	13.457	35.060	3.495	31.565
Eventual III	Moody's	Baa1	8.859	2.364	6.495	6.921	5.076	1.845
Eventual IV	AM Best	A+	988	2.173	(1.185)	-	-	-
<b>Total</b>			<b>314.184</b>	<b>116.847</b>	<b>197.337</b>	<b>172.149</b>	<b>28.769</b>	<b>143.380</b>

	Prêmio ganho líquido de retrocessão (*)		Sinistralidade (%)		Custo de aquisição (%)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Patrimonial	109.186	94.316	111	76	5	5
Pessoas coletivo	61.064	32.641	89	131	3	3
Pessoas individual	21.956	18.781	59	27	-	-
Riscos financeiros	16.738	10.094	4	154	2	1
Transportes	13.122	5.778	39	106	8	14
Habitacional	6.055	4.280	57	(44)	-	-
Responsabilidade civil	4.262	2.615	(118)	362	8	9
Automóvel	1.809	1.643	(53)	159	15	9
Marítimos	1.326	816	92	187	11	7
Aeronáuticos	750	353	1.045	154	-	1
Rural	341	133	847	393	60	100
Petróleo	(99)	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>236.510</b>	<b>171.450</b>	<b>86</b>	<b>90</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

(a) O rating das resseguradoras estrangeiras foi extraído do site da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), enquanto os das resseguradoras locais foram extraídos das agências certificadoras. (b) O valor está composto pela "Provisão de sinistros a liquidar" mais a rubrica "Operações com resseguradores". A Resseguradora não considera os prêmios estimados para composição da nota, uma vez que eles não são líquidos e certos. Durante o exercício, não foram excedidos os limites de exposição ao crédito e não foi constatada evidência objetiva de deterioração em passivos de retrocessão. Não foram identificadas evidências objetivas para constituição do impairment de resseguro e/ou retrocessão. Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos instrumentos financeiros. A Resseguradora dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição a risco de liquidez: A política da Resseguradora está baseada em manter saldos em tesouraria com valores suficientes para cobrir qualquer eventualidade derivada de suas obrigações com cedentes, retrocessionários, fornecedores e prestadores de serviço. A política de investimentos a respeito das operações de resseguros consiste no casamento dos vencimentos das aplicações com as obrigações contraídas pelos contratos de resseguros. Com objetivo de minimizar a exposição a este risco, adicionalmente, a maioria das aplicações de renda fixa são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional com elevada qualificação de liquidez.

(\*) O valor está representado na linha de prêmio ganho e no resultado de retrocessão.  
c) Prêmios emitidos líquidos:  
Prêmios emitidos  
Prêmios estimados - EPI  
**Total**  
**593.848**      **259.177**

d) Variação das provisões técnicas:  
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG  
Provisão complementar de cobertura - PCC  
Provisão de excedentes técnicos - PET  
**Total**  
**(177.206)**      **(15.486)**

e) Sinistros ocorridos:  
Despesas com sinistros  
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR  
**Total**  
**(522.275)**      **(236.824)**

f) Custos de aquisição:  
Despesas com corretagem de resseguros  
**Total**  
**(9.119)**      **(7.337)**

g) Resultado com retrocessões:  
Prêmios de retrocessão líquidos  
Prêmios de retrocessão estimados - EPI  
Variação das despesas de retrocessão  
Variação do ativo provisão de cobertura complementar  
Variação das despesas de excedentes técnico  
Recuperação de sinistros  
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR  
Receitas com participações nos lucros  
Outras receitas/(despesas) operacionais  
**Total**  
**145.452**      **14.598**

h) Despesas administrativas:  
Com pessoal próprio e encargos sociais  
Com serviços de terceiros  
Com localização e funcionamento  
Com depreciação/amortização  
Com publicações  
Com publicidade e propaganda  
Com donativos e contribuições  
Outras despesas administrativas  
**Total**  
**(9.843)**      **(9.906)**

i) Despesas com tributos:  
COFINS  
PIS  
Taxa de fiscalização - SUSEP  
Impostos municipais  
Impostos estaduais  
Impostos federais  
Contribuição sindical  
**Total**  
**(17.283)**      **(9.619)**

j) Resultado financeiro:  
Receitas  
Receitas com títulos de renda fixa  
Receitas com oscilação cambial  
Outros  
**Total**  
**118.760**      **56.045**

Despesas  
Despesas com oscilação cambial  
Juros SELIC sobre tributos  
Imposto sobre operações financeiras (IOF)  
**Total**  
**(93.182)**      **(32.268)**

k) Outras receitas e despesas:  
Outras despesas com operações de resseguro (\*)  
(\*) Trata-se de despesas incidentes nos pagamentos de lucros atribuídos sobre o resultado dos contratos de resseguro.  
**Total**  
**(2.823)**      **(6.229)**

**19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as apurações de imposto de renda e contribuição social estão assim representadas:

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social	
	2020	2019	2020	2019
	Resultado antes dos impostos e participações	26.391	12.213	26.391
Juros sobre o capital próprio	(9.221)	(11.747)	(9.221)	(11.747)
Participações	(823)	(630)	(823)	(630)
<b>Resultado ajustado</b>	<b>16.347</b>	<b>(164)</b>	<b>16.347</b>	<b>(164)</b>
Adições (exclusões) temporárias:				
Provisão para participação nos lucros	22	53	22	53
Outras provisões	(74)	(134)	(74)	(134)
Ajustes RTT	(124)	(124)	(124)	(124)
Adições (exclusões) permanentes:				
Brindes	1	6	1	6
Donativos e contribuições	143	-	143	-
<b>Lucro/(prejuízo) fiscal do exercício</b>	<b>16.315</b>	<b>(363)</b>	<b>16.315</b>	<b>(363)</b>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(4.055)</b>	<b>54</b>	<b>(2.447)</b>	<b>54</b>
Tributos sobre prejuízo e base negativas de exercícios anteriores	(91)	-	(54)	-
Tributos sobre adições temporárias	44	(51)	27	(31)
Ajustes de exercícios anteriores	40	-	-	(20)
<b>Incentivos Fiscais</b>				
Programa de alimentação do trabalhador (PAT)	58	-	-	-
Deduções incentivadas	143	-	-	-
<b>Total dos impostos</b>	<b>(3.861)</b>	<b>3</b>	<b>(2.474)</b>	<b>3</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>23,67%</b>	<b>0,83%</b>	<b>15,16%</b>	<b>0,83%</b>

**20. OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) A Resseguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 R\$ 131 (R\$ 137 em 2019). b) Em 31 de dezembro de 2020, a Resseguradora não possui processos em demanda judicial que impactam em perdas patrimoniais e financeiras.

**DIRETORIA**

Javier Sanchez Ceia Diretor-Presidente	Fredi Martins Curquejo Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico	Miguel Gómez Bermúdez Diretor
Valdirene Veiga da Silva CRC 1SP200328/O-7		Fabio Marcondes de Sousa MIBA nº 1360

**PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Aos Acionistas e Administradores da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros São Paulo - SP**  
**CNPJ: 01.396.770/0001-68**  
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.  
**Responsabilidade da Administração**  
A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
**Responsabilidade dos atuários auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuária, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.  
Esses princípios requerem que a auditoria atuária seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.  
Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.  
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações

financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuária que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.  
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuária.  
**Opinião**  
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

**Outros Assuntos**  
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuária, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuária), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em seus aspectos mais relevantes.  
São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

**ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57**  
CNPJ 03.801.998/0001-11  
Endereço: Avenida: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP - Corporate Tower Torre Norte andar 6 conj. 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

**Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuária em 31/12/2020**

	Em Milhares de R\$	
Provisões Técnicas		
Provisão de Prêmios Não Ganhos		256.132
Provisão de Sinistros a Liquidar		433.088
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados		389.106
Provisão de Excedentes Técnicos		16.021
Provisão Complementar de Cobertura		40.920
<b>Total de Provisões Técnicas</b>		<b>1.135.267</b>
<b>Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas</b>		<b>Em Milhares de R\$</b>
Direitos Creditórios		130.861
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNG		58.822
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL		272.819
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR		186.005
Ativos de Resseguro de PCC		40.920
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores - PET		4.488
<b>Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas</b>		<b>693.915</b>
<b>Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido</b>		<b>Em R\$ Milhares</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)		207.580
Capital Base (b)		60.000
Capital de Risco - Subscrição (c)		57.804
Capital de Risco - Crédito (d)		28.887
Capital de Risco - Mercado (e)		6.740
Capital de Risco - Operacional (f)		4.655
Redução por Correlação dos Riscos (g)		(14.798)
<b>Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)</b>		<b>83.288</b>
<b>Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)</b>		<b>83.288</b>
<b>Suficiência da PLA (a) - (i)</b>		<b>124.292</b>

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Administradores e aos Acionistas da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros São Paulo - SP**  
**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.  
**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**  
A Administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.  
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.  
**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não para o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.  
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.  
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.  
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021  
**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP14428/O-6  
**Fernando Antonio Rodrigues Alfredo**  
Contador CRC 1SP25219/O-0